

POPULAÇÃO NÃO RESPEITA MEDIDAS DE ISOLAMENTO Desde o início das medidas emergenciais para contenção

Desde o início das medidas emergenciais para contenção da proliferação do novo coronavírus, se tornou comum o uso de máscaras faciais de proteção. Sejam as cirúrgicas ou as artesanais, acessório passou a fazer parte da rotina dos cuiabanos e mato-grossenses. Isto porque, por força de decretos tanto municipais quanto estaduais, a proteção, além de necessária, passou a ser obrigatória.

PÁGINA 6



Nas bancas R\$ 0,50

MS - MT - DF - Ano XX - EDIÇÃO N 892 DATA 22 A 28 DE JUNHO DE 2020

CRIME -

16^a FASE DA ARARATH

Após ida da Polícia Federal ao Tribunal de Contas, Guilherme Maluf acende o sinal de alerta

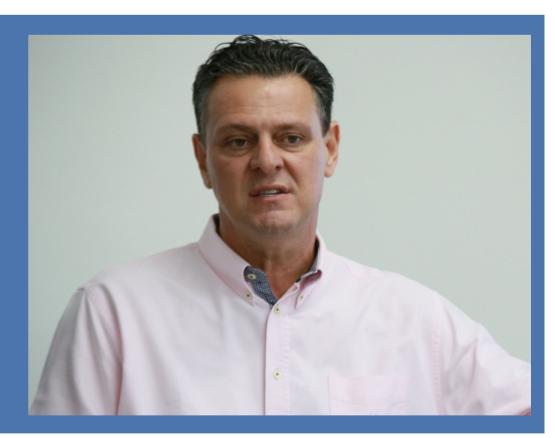


EM DOIS MESES DE MANDATO, FÁVARO PARTICIPOU DE 40 VOTAÇÕES E APRESENTOU 18 EMENDAS A PROJETOS DE LEI

Nesta quarta-feira (17), o senador Carlos Fávaro (PSD) completou dois meses ocupando a cadeira no Senado Federal. Ele tomou posse depois que a vaga da juíza Selma Arruda (Podemos) foi cassada por abuso de poder econômico.

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ele deve permanecer no cargo até a realização das eleições suplementares, ainda sem data para acontecer.

<u>PÁ</u>GINA 4



CAXIMBO da Paz



ENTREVISTA: Artur Barros Freitas Osti

Osti desmistifica o compliance dos contratos

Neste mês, entra em vigor a Lei 11.123/2020 no âmbito do Estado de Mato Grosso, que determina a instituição do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a administração pública do Governo do Estado. Jornal Centro Oeste Popular convidou o advogado Artur Barros Freitas Osti para ajudar a desmistificar o compliance dos contratos administrativos.

Pág. 03

PRISÃO

POLÍCIA PRENDE FABRÍCIO QUEIROZ NO INTERIOR DE SP

Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, foi preso nesta quinta-feira (18) em Atibaia, no interior de São Paulo, em um imóvel ligado ao advogado do senador, Frederick Wassef.

Aação foi realizada pela Polícia Civil e Ministério Público de São Paulo e do Rio de Janeiro. Queiroz foi levado para a sede da Polícia Civil de São Paulo, no bairro da Luz. Antes, passou por exame de corpo de delito no IML Central de São Paulo.

Os mandados foram expedidos pela Justiça do Rio de Janeiro em investigação que apura esquema de "rachadinha" no gabinete do parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Rachadinha é o nome dado a uma manobra em que o funcionário devolve parte do salário ao parlamentar. Segundo o MPRJ (Ministério Público do Rio de Janeiro), servidores da Alerj devolveriam parte dos vencimentos a Flávio na época em que ele era deputado estadual do Rio de Janeiro.

Investigação ligada à Lava Jato, sem guerer, chegou em Fabrício Queiroz

O Portal R7 tenta contato com a defesa de Flavio Bolsonaro, mas ainda não obteve resposta.



A Operação Anjo, deflagrada no início da manhã. cumpre ainda outras medidas cautelares autorizadas pela Justiça relacionadas ao inquérito. As medidas incluem busca e apreensão, afastamento da função pública, o com-Juízo e a proibição de contato com testemunhas. De acordo com o MPRJ, outros investigados são o servidor da Alerj Matheus Azeredo Coutinho: os ex-funcionários da casa legislativa Luiza Paes Souza e Alessandra Esteve Marins; e o advogado Luis Gustavo Botto Maia.

parecimento mensal em A Promotoria identificou que Queiroz recebeu R\$ 2 milhões por meio de 483 depósitos de dinheiro em espécie feitos por 13 assessores ligados ao gabinete do filho do presidente da República.

A investigação começou depois do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) identificar movimentações bancárias atípicas no nome de Queiroz.

O Conselho identificou mov-

imentação de R\$ 1,2 milhão em uma conta no nome de Queiroz, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

O documento também cita um repasse de R\$ 24 mil para a futura primeira-dama Michelle Bolsonaro — o presidente Jair Bolsonaro disse, na época, que se tratava do pagamento de uma dívida antiga do policial

militar com ele.

@jcopopular

investigação e

exclusividade.

É notícia,

EDITORIAL

UM REI PRESTES A PERDER O TRONO

O deputado estadual Eduardo Botelho, que acaba de ser reconduzido para mais um mandato como presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, está enveredando por um caminho sombrio. Rodeado por alguns maus conselheiros, Eduardo Botelho está sendo levado a repetir, senão os mesmos, alguns erros muito semelhantes aos que culminaram na derrocada de antecessores no mesmo posto.

Ex-poderosos que hoje estão seriamente comprometidos com processos judiciais. Sem contar as biografias desonradas.

Vale lembrar aqui a fábula clássica do escritor Mark Twain, "O príncipe e o Mendigo", cuja moral pode ser resumida num quase adágio: "um mendigo bem orientado e aconselhado, pode muito bem se tornar um rei, mas um rei mal assessorado pode se tornar mendigo, perder seu reino e até mesmo acabar decapitado".

Com uma trajetória de vida e política brilhante até agora, Eduardo Botelho é reconhecido por ter construído seu caminho com muito trabalho, sacrificio e inteligência. Infelizmente, o poder, quanto maior, mais tende a ofuscar com seu brilho a visão de quem o exerce.

E pior ainda, leva o poderoso ao crescente isolamento e alheiamento da realidade que o cerca. E isto está acontecendo à olhos vistos com o reeleito presidente do Parlamento Estadual de Mato Grosso. Quem o conhece bem já começa a acreditar que Botelho está deixando de ser aquele homem simples, afável, acessí-

vel e amigo dos tempos em que trabalhava sob o mesmo sol junto com os poucos funcionários da sua primeira empresa. Diante do que vem acontecendo no gabinete principal do Parlamento Estadual mato-grossense cabe se perguntar: o Eduardo Botelho, deputado e presidente da Assembleia, terá se deixado corromper pela soberba, pelo orgulho e a empáfia? Terá ele se esquecido de que é a humildade e o companheirismo que geram a verdadeira força que sustenta os vitoriosos?

Ninguém se faz poderoso e influente sozinho.

Todo político precisa ser bem relacionado com todos e em todos os meios. Sobretudo, deve reconhecer-se um servidor, antes de julgar-se merecedor de ser servido. Isolar antigos companheiros, que tantas e tantas vezes deu apoio, defendeu, abriu portas e emprestou credibilidade é mais que simples ingratidão, é o mesmo que trair a si mesmo. Nesta era em que a comunicação se desenvolve na velocidade da luz, é preciso ter consciência de que a verdade nunca se submete às sombras escuras, nem de mansões, nem de gavetas, nem de cofres ou de alcovas. Ninguém que se acredita poderoso apenas por estar em um pedestal de barro se mantém de pé eternamente.

O Grupo Milas de Comunicação, composto por várias empresas que atuam não apenas na área da informação, mas também em setores como o agronegócio, com mais de 20 anos no mercado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sempre prezou por se relacionar de forma positiva, construtiva e transparente com todas as esferas do poder público, assim como o faz com a iniciativa privada em todos os ramos de atividade empresarial. Em seus veículos de comunicação, a premissa pétrea é a de sempre buscar a verdade dos fatos, investigando, entrevistando, colhendo documentos, checando fontes e informações a fim de que a matéria, a notícia publicada estará solidamente amparada na realidade dos acontecimentos. Temos grande orgulho de sermos uma imprensa editorialmente independente, sólida e moderna.

O nosso compromisso com a verdade é nosso maior patrimônio. Por isso, não nos submetemos jamais aos interesses que ferem a liberdade de expressão e da livre opinião, a liberdade de acesso à informação, que limitem a atuação de nossos repórteres, que impliquem em censura prévia às nossas pautas. Sabemos que, por não negligenciarmos as nossas responsabilidades e o respeito devido para com nossos leitores, causamos desgosto e aborrecemos alguns prepotentes serviçais do poder público e de detentores de mandatos. Infelizmente, estes indivíduos subalternos minam relações, envenenam amizades e queimam a imagem e a credibilidade de quem está em cargos de mando, de ordenadores de despesas, de gestores e liderança em instituições da estrutura do Poder Público como a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por exemplo.

E tais comportamentos, lamentamos, podem comprometer severamente, em curto espaço de tempo, a própria honorabilidade de quem, pretensamente, essas figuras nefastas dizem assessorar e defender.

EXPEDIENTE



copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL 3052-6030 // 3052-6031

Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE / PROJETOS CO Polular

CHARGE Toni

redacaocopopular1@gmail.com admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO 15.000 mil exemplares Cuiabá, Várzea Grande e baixada.

Rua I, Nº 105, Edíficio Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada Cuiaba-MT - cep 78.048-487

PINGA FOGO



Presidente do Conselho Regional de Educação Física, Carlos Alberto Eilert

SEM RESPOSTA

Com parte do comércio de Cuiabá funcionando em sua normalidade, setor de clubes e academias ainda segue sem resposta da prefeitura do município quanto ao funcionamento dos estabelecimentos. Em nota, presidente do Conselho Regional de Educação Física de Mato Grosso, Carlos Alberto Eilert (foto), questionou os gestores municipais acerca das proibições que envolvem a abertura das academias. Estabelecimentos estão fechados desde março, quando foram decretadas as primeiras medidas de isolamento social para evitar a proliferação do novo coronavírus. Conselho cita incoerência por parte do executivo em liberar bares e resultantes e por outro lado deixar um segmento que promove saúde fechados.

SOBRA PODER, FALTA HUMILDADE

Nas campanhas eleitorais, grande parte dos políticos esbanjam humildade e promessas de diálogo aberto e direto com a população. Infelizmente, é só que tomem posse de seus cargos administrativos para que tal simpatia seja substituída pela arrogância. Esquecendo que os cargos não são vitalícios, alguns gestores públicos empinam o nariz e passam a governar apenas por interesses próprios. O poder sobe à cabeça e passam a buscar apenas recursos financeiros, contatos influentes e lindas mulheres. Tal fato é notoriamente uma pena, já que a humildade, aliada ao poder e à inteligência, é o que torna uma personalidade política nobre.

EM FAMÍLIA

Engeponte, empresa no ramo da construção civil, estava com as contas no vermelho, com risco de falência há algum tempo, até que começou a ser contemplada para construção de pontes em todo o Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística (Sinfra). Fato é no mínimo curioso, já que dono da empresa é irmão do diretor financeiro da Pasta. Prestes a falir, empresa hoje recebe milhões do Governo do Estado. Ao que se nota, houve uma ajuda familiar para que a Engeponte pudesse se manter no mercado. O que não se pode fazer com uma 'forcinha' da família, não é mesmo?

CATÁSTROFE

Medidas para contenção da pandemia do novo coronavírus parecem ser tardias e catastróficas em Várzea Grande. Por iniciativa da prefeitura da cidade, comércio ficou parcialmente aberto nos primeiros meses de isolamento social o que, sem nenhuma dúvida, ocasionou no aumento dos casos na cidade vizinha a Cuiabá. Até a última quinta-feira (18), eram 629 casos confirmados, com 63 mortes. Por instrução do Governo do Estado, inclusive, é recomendado que a cidade decrete o lockdown. Com o sistema de saúde prestes a colapsar de acordo com os especialistas, gestão do município poderia ter com facilidade ter impedido tal fato se tivesse sido mais enérgico no início da pandemia. Agora, ao que tudo indica, é tarde demais.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Polêmica Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência dos servidores estaduais ainda segue em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT). Por divergências entre os parlamentares, votação foi adiada para a próxima segunda-feira (22). De acordo com o texto da proposta, idade mínima para aposentadoria dos servidores seria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Votação é polêmica e gera desentendimentos de opinião entre os parlamentares. Secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, chegou a dizer que Governo está aberto a, se necessário, alterar o texto da emenda.

NOVO AMAZONAS

De acordo com pesquisador da Fio Cruz afirmou à Folha de São Paulo, preocupação de especialistas é de que Mato Grosso vire um novo Amazonas. Isto porque o estado do Norte colapsou com inúmeras mortes ocasionadas em decorrência da pandemia. Diego Xavier afirmou que não é o momento de relaxar nas medidas de isolamento social, principalmente porque a doença está se espalhando para o interior e várias cidades, como Cáceres, Sinop, Sorriso e Confresa podem colapsar. Situação se torna ainda mais grave quando se pensa que os serviços de saúde estão majoritariamente centrados na Capital e outras cidades principais de Mato Grosso.

Advogado Artur Osti

Neste mês, entra em vigor a Lei 11.123/2020 no âmbito do Estado de Mato Grosso, que determina a instituição do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a administração pública do Governo do Estado. Jornal Centro Oeste Popular convidou o advogado Artur Barros Freitas Osti para ajudar a desmistificar o compliance dos contratos administrativos.

CO POPULAR: Qual o objeto da Lei 11.123/2020?

Advogado Artur Osti: Em síntese, as empresas que celebrarem contratos administrativos com o Estado de Mato Grosso, desde que dentro dos valores estipulados como parâmetro na Lei, estarão obrigadas a instituir programa de compliance no decorrer da execução do contrato administrativo, sob pena de imposição de multa contratual, que poderá chegar até o percentual de 10% sobre o valor do contrato.

CO POPULAR: Qual a importância dessa Lei?

Advogado Artur Osti: A iniciativa não é nova, já existem outros estados da Federação que igualmente exigem a implementação de programas de compliance como condição da execução dos contratos administrativos. Aliás, no âmbito do município de Cuiabá, a instituição obrigatória do programa de integridade pelas empresas contratadas pela Administração Pública já é realidade desde a edição da Lei 6.457/2019.

Advogado Artur Osti: A instituição obrigatória dos programas de compliance para as empresas que contratam com a administração pública trará consigo a propagação da cultura de integridade e de anticorrupção no âmbito das relações entre agentes públicos e privados. É inegável sua importância na redução de espaços para a prática de ilícitos na execução de contratos administrativos.

CO POPULAR: Muito se fala sobre a importância dos programas de integridade em defesa da administração pública. É essa a finalidade da

Advogado Artur Osti: Com o devido respeito as boas intenções do legislador, mas a tônica não é verdadeira. A experiência recente no Estado de Mato Grosso nos revelou que a relação corrupta que algumas vezes se instala entre agentes públicos e privados tem sua mola propulsora na exigência da vantagem indevida por parte do agente público e, não exatamente, no oferecimento da mesma pelo particular.

Ou seja, ao contrário do que tenta fazer crer a justificativa da Lei, a importância da instituição obrigatória dos programas de integridade no âmbito dos contratos administrativos não decorre da supremacia do interesse público, mas sim, como importante instrumento de defesa do particular. Instrumento de defesa esse que lhe possibilita dizer não ao ilícito!

CO POPULAR: Por qual razão os contratos administrativos estão tão sujeitos aos atos de corrupção?



Entrevista com: Artur Osti

Advogado fala sobre lei que obriga empresas a instituírem programas de compliance em contratos com a administração pública



A instituição obrigatória dos programas de compliance para as empresas que contratam com a administração pública trará consigo a propagação da cultura de integridade e de anticorrupção no âmbito das relações entre agentes públicos e privados"

Advogado Artur Osti: Acredito que as razões são as mais diversas, a principal delas, sem dúvidas, está ligada a questões culturais. Contudo, no âmbito de um contrato administrativo, a Administração Pública possui prerrogativas extraordinárias que, eventualmente, podem ser utilizadas pelo agente público como forma de coerção para o pagamento de vantagem indevida em seu favor.

Por exemplo, a faculdade de contratar ou não contratar com vencedor do procedimento licitatório, como também a possibilidade de atraso no pagamento pelo prazo de até 90 dias sem a rescisão do contrato. Em resumo e em bom português, ou paga, ou não contrata/recebe!

CO POPULAR: O que muda para os empresários que estarão sujeito a instituição dos programas de compliance?

Advogado Artur Osti: O compliance deixará de ser prática afeta exclusivamente às grandes corporações para atingir os pequenos e médios negócios que dependem das contratações públicas como forma de manutenção da saúde financeira da empresa.

Evidente que os programas de compliance, dada a sua singularidade, deverão se adequar as particularidades de cada empresa. Não fará sentido que um pequeno ou médio negócio, cuja saúde financeira dependa exclusivamente da celebração de contratos com a Administração Pública, seja obrigado a instituir mecanismos de integridade absolutamente incompatíveis com sua gestão corporativa.

Caberá ao particular, especialmente aquele já eventualmente incitado a práticas de mercado indesejáveis sob o ponto de vista da licitude – e, portanto, ciente do prejuízo delas decorrentes –, sopesar o custo benefício na implantação do programa de compliance, adequado as particularidades da sua empresa, evitando a imposição de multa contratual que pode tornar o contrato administrativo inexequível sob o ponto de vista financeiro, como também se municiando dos instrumentos de defesa que lhe assegurarão ser o único beneficiário dos frutos do seu próprio trabalho.

SENADO FEDERAL

Em dois meses de mandato, Fávaro participou de 40 votações e apresentou 18 emendas a projetos de lei

Senador é titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e membro suplente da Comissão de Meio Ambiente (CMA)

Da Redação



Senador Carlos Fávaro (PSD)

Nesta quarta-feira (17), o senador Carlos Fávaro (PSD) completou dois meses ocupando a cadeira no Senado Federal. Ele tomou posse depois que a vaga da juíza Selma Arruda (Podemos) foi cassada por abuso de poder econômico.

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ele deve permanecer no cargo até a realização das eleições suplementares, ainda sem data para acontecer.

Fávaro, ex-governador de Mato Grosso, ficou em terceiro lugar para o Senado em 2018. Durante estes dois meses no cargo, Fávaro participou de 40 votações, apresentou 18 emendas a projetos de lei e é autor de do Projeto de Lei 2816/2020, ainda em fase de tramitação, que institui o Programa Emergencial de Apoio ao Setor Algodoeiro Brasileiro (Peasa).

Ainda, senador é titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e membro suplente da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Quanto às medidas relacionadas à pandemia do novo coro-

navírus, Fávaro apresentou 18 emendas, das quais 10 foram atacadas no relatório e aprovadas em plenário e outras 8 seguem em tramitação.

Uma das aprovadas foi a que instituiu base de cálculo para distribuição dos recursos do auxílio emergencial aos estados e municípios.

Emenda do senador fez com que a divisão dos recursos levasse em conta fatores como população, arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), distribuição do Fundo de Participação dos Estados (PFE) e Municípios (FPM) e também o auxílio de Fomento às Exportações (FEX).

Medida fez com que Mato Grosso se tornasse um dos principais beneficiados com o auxílio, tendo reitor a R\$ 1,346 bilhão. Com isto, estado figurou entre o maior valor no Centro-Oeste e sexto maior do país.

Fávaro também propôs emendas aos projetos que discorrem sobre a cobertura de seguro de vida e planos de saúde durante a crise do coronavírus. Com isto,

seguradoras ficam obrigadas a incluírem vítimas do vírus na cobertura e os planos de saúde ficam proibidos de suspender atendimento por inadimplência durante o período de calamidade.

Ainda no quesito na pandemia, houve proposta de aumentar pena dos que cometerem crimes previstos na Lei Maria da Penha durante o isolamento, além do atendimento psicológico virtual para as vítimas, além de incluir policiais penais entre as categorias essenciais no combate ao coronavírus.







Denise Gomes grande empresária de nosso estado



Dr Marcos Avalloen e sua Roxania



Sueli Batista recuperada do Covid - 19





Governador Mauro Mendes e a primeira dama Virginia Mendes em clima de namoro

MS MADEIRAS

Madeira de reflorestamento direto de Tangará da serra para a Baixada Cuiabana

Na pandemia, a madeireira atende por telefone para evitar proliferação do coronavírus.

A MS Madeiras e Materiais para Construção está com uma novidade no mercado de trabalho. A empresa está atendendo de segunda-feira a domingo, em horários especiais e os clientes podem fazer os pedidos por ligações e mensagens por meio de aplicativos.

A madeireira oferta: tábuas, vigas, caibros, ripão, pilares, pranchas, decks, assoalhos, portal, alisar e forros.

"Temos preços competitivos e melhores do mercado. Nós trabalhamos para atender todo o setor com materiais de qualidade e melhor mix de produtos".

Atendimento

O atendimento da empresa de segunda-feira a sexta-feira, é das 7h às 19h, nos sábados, das 7h às 17h e aos domingos, das 7h às 12h.

Preços promocionais na pandemia..

Endereço: Rua Manaus n. 07 Nova Várzea Grande - MT.





Flavia Regina Lemos



Lori e Meri casal lindo de se ver



Auristela Maria Campos em clima romântico



CORONAVÍRUS

POPULAÇÃO NÃO RESPEITA MEDIDAS DE ISOLAMENTO E SISTEMA DE SAÚDE TENDE A COLAPSAR NAS PROXIMAS SEMANAS

Em um rápido passeio pelo centro da Capital, por exemplo, é possível ver pessoas sem máscaras ou tirando a proteção ao andar pelas ruas

Fotos Arquivo



Descumprimento do isolamento social e das medidas de higienização têm como resultado a crescente nos casos do novo coronavírus, tanto na Capital quanto no interior

Da Redação

Desde o início das medidas emergenciais para contenção da proliferação do novo coronavírus, se tornou comum o uso de máscaras faciais de proteção. Sejam as cirúrgicas ou as artesanais, acessório passou a fazer parte da rotina dos cuiabanos e mato-grossenses. Isto porque, por força de decretos tanto municipais quanto estaduais, a proteção, além de necessária, passou a ser obrigatória.

Na porta de estabelecimentos públicos e privados, há sempre o alerta: 'proibida a entrada sem máscara'. Legislação estadual prevê a multa de R\$ 80 ao estabelecimento privado por pessoa sem máscara. Regra

é aplicada aos funcionários, colaboradores e clientes.

Uso de máscaras é recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das maneiras de evitar o contágio pelo vírus, além da higienização constante das mãos com o álcool em gel. O que se vê, no entanto, é que os decretos estão sendo constantemente desrespeitados ou cumpridos de forma equivocada.

Em um rápido passeio pelo centro da Capital, por exemplo, é possível ver pessoas sem máscaras ou tirando a proteção ao andar pelas ruas. A recomendação da organização é que haja um distanciamento social de pelo menos 1,5 metros. Ainda assim, é comum

ver pessoas aglomeradas ou andando aproximadas.

É válido ressaltar que a máscara utilizada de maneira incorreta, sem que proteja as vias respiratórias, não possui a menor eficácia, conforme apontam os especialistas. Fiscalização fica a cargo de entidades como a Política Militar, Procon e Vigilância Sanitária no âmbito do estado e das secretarias de Ordem Pública, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável no âmbito do município.

Cabe também à Polícia Militar coordenar ações de fiscalização junto aos demais órgãos. Recursos arrecadados com multas devem ser destinados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc) para aquisição de cestas básicas para famílias de baixa renda.

Descumprimento do isolamento social e das medidas de higienização têm como resultado a crescente nos casos do novo coronavírus, tanto na Capital quanto no interior. Até esta terça-feira (16), eram 1941 casos confirmados de residentes em Cuiabá e 6,877 em Mato Grosso. Quando esta matéria for publicada, é provável que os números tenham aumentado consideravelmente.

Outra medida implementada para tentar impedir a propagação do vírus foi a do toque de recolher, que proíbe que a população saia às ruas da Capital entre as 22h30 e 5h da manhã em casos que não sejam emergenciais. Outras cidades do interior também tomaram as mesmas medidas. Ainda assim, no entanto, comércio segue funcionando normalmente, apesar de capacidade reduzida.

Especialistas estimam o colapso do sistema de saúde nas próximas semanas, com a superlotação dos prontos-socorros, Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e leitos. Conforme pontuou o secretário municipal de Saúde, Luiz Antonio Pôssas de Carvalho, a tendência é que o problema seja intensificado em Cuiabá, que costuma atender municípios do interior e circunvizinhos.

"Criamos 55 novos leitos no Hospital Referência (antigo PS), 40 no Hospital Municipal São Benedito e ainda destinamos a UPA Verdão para centralizar o suporte exclusivo aos infectados que vierem de UPAs e policlínicas. Até o momento, temos cerca de 55% de ocupação desses leitos.

Mas, diante de um cenário, onde MT já possui mais de quatro mil infectados confirmados e ultrapassou as 100 mortes em decorrência do vírus, reafirmo que precisamos alinhar as ações técnicas, afinal, mais de 60% dos problemas de Saúde dos mato-grossenses sempre desaguaram em Cuiabá. E sozinhos não daremos conta", afirmou o secretário.



16^a FASE DA ARARATH

Após ida da Polícia Federal ao Tribunal de Contas, Guilherme Maluf acende o sinal de alerta

Dpto/Arte / Co Popular



Da Redação

Operação da Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão contra conselheiros que estão afastados do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE) e na própria sede do órgão, em Cuiabá. A 16^a fase da operação Ararath acendeu o sinal de alerta para o presidente da Corte de Contas, Guilherme Maluf, que já esteve às voltas com operações policiais e ainda responde perante a Justiça.

Embora os alvos principais tenham sido os conselheiros afastados, a operação da PF deixou muitos políticos apreensivos, até porque temem nova operação com base na delação do ex-deputado José Riva, que incluiu Maluf no rol dos beneficiados em esquemas de corrupção.O temor de Maluf se justifica. Ele é acusado pelo Ministério Público de participar de desvio de recursos na Secretaria Estadual de Educação (Seduc), ação que foi investigada pela operação "Rêmora", em 2017.

O grupo teria direcionado 23 licitações para a construção e reforma de escolas. Já o parlamentar teria recebido R\$ 40 mil em propina. Ou seja, o ambicioso projeto está em risco devido a extensa ficha de corrupção que responde na Justiça, afinal, um órgão fiscalizador, conforme alguns analistas ouvidos pelo jornal Centro Oeste Popular, nunca poderia ser administrado por pessoa que é alvo de várias ações improbidade;

Destaque-se que na Operação Rêmora consta que Maluf, enquanto parlamentar, integrou o núcleo de liderança da organização, sendo beneficiário direto de parcela da propina arrecadada, além de se valer das influências políticas proporcionadas pelo cargo eletivo para promover as articulações necessárias.

Conforme a denúncia do Ministério Público Estadual, o núcleo de liderança da organização tinha ainda a par-

@ateliedosal

ticipação do ex-secretário de Estado de Educação, Permínio Pinto Filho. Na denúncia, além do deputado Guilherme Maluf, também foi alvo o seu motorista, Milton Flávio de Brito Arruda, por embaraçamento de investigação.

As acusações são resultado das investigações feitas pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) durante a gestão de Pedro Taques, especificamente em contratos de empreiteiras com a Seduc.

Maluf é acusado de integrar o núcleo de liderança da organização, sendo beneficiário direto de parte da propina arrecadada.

Além disso, o MPE o acusa de se valer das influências políticas proporcionadas pelo cargo para "promover as articulações necessárias para o desenvolvimento dos esquemas voltados para solicitação e recebimento de propinas".

www.ateliedosal.com.br

Maluf ainda foi alvo de delação do ex-presidente da Assembleia Legislativa, José Geraldo Riva, que afirmou ter pago propina de R\$ 5,12 milhões ao atual presidente do TCE. Os valores, segundo Riva, são relativos a "mesadas" que Maluf teria recebido enquanto deputado.

Segundo Riva, o presidente do TCE recebeu propina mensal durante duas legislaturas, entre 2007 e 2015. Na primeira legislatura recebeu R\$ 30 mil por mês e, na segunda, R\$ 50 mil, afirma. A quantia total foi de R\$ 5,12 milhões.

Informações recebidas pelo Centro Oeste Popular dão conta de que Maluf, que há pouco tempo assumiu o comando da Corte de Contas, vem aderindo a atas de registro de preços, prática que herdou do tempo em que participou, hora como presidente, hora como primeiro-secretário na Assembleia Legislativa.

COINCIDÊNCIA QUE ASSUSTA

Guilherme Maluftem motivos para não dormir a noite. Como se não bastasse a operação da Polícia Federal que fez busca e apreensão no TCE/MT, por coincidência, em Mato Grosso do Sul o também ex-presidente e da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Jerson Domingos, 70 anos, foi preso na semana passada na Operação Omertà 3, deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). Ele é acusado de ter ligação com o grupo de extermínio chefiado pelo cunhado, o empresário Jamil Name, 81, que planejava matar autoridades, como delegado e promotor de Justiça.

A prisão preventiva foi decretada pelo juiz Marcelo Ivo de Oliveira, da 7ª Vara Criminal de Campo Grande, a pedido do Gaeco e do Garras (Delegacia Especializada na Repressão a

Roubo a Bancos, Assaltos e Sequestros). Esta é a segunda vez que ele é alvo do pedido. O primeiro foi feito em março deste ano, quando o magistrado optou por autorizar apenas os mandados de busca e apreensão e quebra do sigilo telefônico e dados.

O histórico político de ambos são bem parecidos, resta saber se Maluf terá o mesmo triste fim, ou seja, indo para prisão após investigações que estão em curso.

Lembrando que novas operações são esperadas para breve, principalmente alicerçadas na delação premiada de José Riva e de pessoas próximas do presidente da corte de contas.

Areportagem do Centro Oeste Popular tentou contato com o presidente que por motivos pessoais ou mimados, bloqueou o contato pelo aplicativo whatsapp, já sua assessoria disse que não iria se manifestar.



CRISE NO ESTADO

Botelho assegura bandeira branca entre Pinheiro e Mendes após rixa política

Suposto selo de paz vem após inúmeras alfinetadas entre os dois políticos nas últimas semanas



Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho (DEM)

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho (DEM), assegurou que o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), e o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), estenderam bandeira branca e estão incumbidos de trabalharem juntos pelo Estado durante a pandemia do novo coronavírus.

"Bandeira branca. Todos em paz lutando pelo inimigo comum. A Assembleia vai estar junto, pois só assim vamos melhorar a situação da população. Neste momento, o governador, o prefeito, todos temos que ser menos políticos e mais estadistas.

Eles estão empaznesta luta sim, estamos juntos neste momento. São adversários políticos, mas aliados nesta causa comum", explicou o presidente do legislativo.

Eles se reuniram na última segunda-feira (15) com outras autoridades políticas do Estado. Suposto selo de paz vem após inúmeras alfinetadas entre os dois políticos nas últimas semanas. Mendes chegou a chamar Pinheiro de 'malandro de carteirinha' em uma de suas aparições públicas.

Embate entre as duas autoridades é de longa data, mas se agravou durante a pandemia. Mendes cobrou

o prefeito publicamente sobre os recursos que vieram para Cuiabá do Governo Federal destinados ações de enfrentamento à pandemia. Pinheiro, por outro lado, afirmou que acusações se tratavam de jogo político para interferir nas eleições municipais de 2020.

Por ser do mesmo partido do governador e ter forte amizade com o prefeito, Botelho tomou a frente na discussão, que considerou ter atingido algo 'fora do normal'. Pinheiro havia cogitado, inclusive, não comparecer à reunião devido aos embates políticos e troca de farpas. No entanto, de última hora, confirmou sua presença.

"Eles deixaram de lado as diferenças políticas, pessoas e falaram como estadistas, como deve ser quando se quer resolver as coisas. Estou muito confiante de que essa reunião um marco tanto para a gestão quanto para os gestores", disse Botelho.

Tom amistoso também foi pontuado pelo chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho. Ele, no entanto, não soube dizer como será a relação dos gestores em longo prazo.

Durante esta reunião realizada por videoconferência, ainda, ficou decidido que o Hospital Referência para tratamento de Covid-19, no antigo Pronto-So-

corro de Cuiabá, terá mais 30 leitos de Unidades de Terapia Intensiva, equipados com respiradores do Estado e da União.

O governador, por outro lado, pontuou que Cuiabá e Várzea Grande devem receber na próxima semana 60 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva para tratamento de pessoas com Covid-19.

Em recente declaração, Pinheiro corroborou as informações repassadas pelas autoridades políticas e defendeu que haja um constante diálogo entre prefeitura e Governo de Mato Grosso com o intuito de enfrentar a pandemia do novo coronavírus.

Ele se pronunciou durante videoconferência com outros gestores municipais.

"Mato Grosso é formado por 141 município e é extremamente importante ter essa interlocução com o governo estadual.

Estamos vivendo um momento que pegou todos de surpresa, que exige muito equilíbrio e responsabilidade no enfrentamento dessa situação.

Não é um momento de pensar política, em eleição, mas sim de união para proteger as pessoas e salvar vidas", afirmou o gestor.

